

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quilse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Sousa — Borsari Neto — Fuad Naeli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Naeli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elyc Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

##### SUPLENTE

Fuad Naeli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Clavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

##### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

## SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

##### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Quilse Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Naeli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Loris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE REBAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lelio Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quilse Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

##### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 217.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 7 de Novembro de 1973 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Jorge Sato — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados David Federmann, Gabriel Manoel — Ivo Rocha — João Fadel — Paulo Camargo e Wilson Fortes (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 235-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 88-73, de autoria do Dep. David Federmann, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Espirita São Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados", com sede na cidade de Ponta Grossa. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — Encerrada a discussão — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 7, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 236-73.

Levanta-se a Sessão.

### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 218.ª Sessão Ordinária Realizada em 7 de Novembro de 1973 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Jorge Sato — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados David Federmann — Gabriel Manoel — Ivo Rocha — João Fadel — Paulo Camargo e Wilson Fortes (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
**E X P E D I E N T E :**

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 248-73.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 244-73.

— de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, solicitando a inclusão em pauta para a próxima Sessão do Projeto de Lei 194-73, considerando que o mesmo está em Regime de Urgência.

— de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs. 220-72 e 217-72.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 247-73.

— de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 210-73.

#### REQUERIMENTOS:

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um Voto de Profundo Pesar, pelo falecimento do Senhor Vereador Massahiro Inohue, seu irmão Massamu Inohue e suas respectivas famílias, ocorrido domingo em trágico acidente automobilístico.

O desaparecimento dessas duas famílias consternou a todos os habitantes de Jataizinho, onde eram pessoas muito estimadas. O Senhor Massamu Inohue, comerciante e o Senhor Massahiro Inohue, Vereador, deixaram no Município, uma grande lacuna com seu inesperado falecimento.

Da decisão da Casa, solicita, dê-se ciência à maflia enlutada e ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Jataizinho.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1973.

(a) — Jorge Sato

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Rigoletto Silva, ocorrido ontem, na cidade de Paranaguá.

O extinto deixa viúva a Senhora Nair Silva, tendo o seu desaparecimento causado geral consternação naquela cidade, onde era bastante relacionado na sociedade e no comércio, dadas as suas virtudes de homem íntegro, honesto e trabalhador.

Requer, outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da decisão da Casa à viúva Senhora Nair Silva, no Mercado Municipal de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1973.

(a) — Nelson Buffara

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Canal 4 — Televisão Iguaçu, pela brilhante iniciativa em transmitir a Santa Missa de encerramento da Semana Vocacional na cidade de União da Vitória, o qual pelo seu dinamismo conta com um índice de audiência elevado naquela Região.

Requer, outrossim, seja enviado cópia do teor deste Requerimento à direção da citada Televisão.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1973

(a) — Domicio Scaramella

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, após ouvir o Plenário, votos de aplausos à "ACAMPAR" — Associação das Câmaras Municipais do Paraná, em tão boa hora criada em nosso Estado.

Graças ao idealismo, e verdadeiro líder, Vereador Geraldo Cartário Ribeiro, que tanto lutou pela criação da ACAMPAR, sendo seu Presidente.

Requer, outrossim, após a aprovação deste, seja comunicado a referida Associação que tem sua sede à Praça Osório, 45 — 1.º andar — nesta Capital.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1973

(a) — Paulo Poli

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvir o Plenário, seja enviado ao Governador Emilio Gomes, expediente de aplausos e agradecimentos por haver determinado a locação e implantação das estradas vicinais ligando as cidades de Terra Roxa — Palotina — Assis Chateaubriand — Nova Aurora — Ubatuba, bem como, da ligação Assis Chateaubriand — Formosa do Oeste — Goio-Êrê — Cruzeiro do Oeste, além da vicinal Pérola — Cafezal.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1973

(a) — Fuad Nacli

#### JUSTIFICATIVA

Foi com satisfação que recebemos a informação de que o Governo Emilio Gomes determinou e, já se acha em execução, pela Secretaria dos Transportes, as estradas acima citadas. São estradas vicinais que alimentarão a rodovia principal, no escoamento da produção agrícola, pecuária e industrial de uma das mais ricas regiões do Estado. Essa iniciativa merece os nossos aplausos e aqui apresentamos nossas calorosas saudações ao eminente Governador Emilio Gomes, pela visão, em dotar o nosso Estado de estradas que facilitarão as comunicações com os grandes centros consumidores do País.

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, requer inserção nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "Gazeta do Povo" do dia de hoje, 7 de novembro, sob o título "Empresário Horácio Coimbra, diz que Tecnologia é Solução aos Alimentos".

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1973

(a) — Iris Caldart

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma prevista pelo Regimento Interno, requer, após ouvida a Casa, seja consignado um voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Doutor Cândido Martins de Oliveira, MD. Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, pela feliz escolha do nome do Bel. José Vicente Elias, para exercer a elevada função de Diretor do Departamento de Material daquela Pasta e cuja investidura se verificou em data de ontem.

O novo Diretor, filho de tradicional família parnanguara, em cuja terra nasceu, entre outras importantes funções, exerceu os cargos de Assessor do Gabinete do Vice-Governador Afonso Alves de Camargo Netto; Assessor do Gabinete do Vice-Governador Gal. Alípio Ayres de Carvalho; Chefe de Gabinete da Vice-Presidência desta Assembléia; Secretário da Educação e Cultura, durante quatro anos na Prefeitura do Município de Paranaguá; Secretário Executivo do Mobral Municipal de Paranaguá; Supervisor do PROCARTA no Município de Paranaguá; Presidente do Conselho Municipal de Esportes de Paranaguá.



guá; Assessor de Educação do Gabinete do Planejamento da Prefeitura Municipal de Paranaguá e Diretor e Professor do Colégio Comercial de Paranaguá.

Requer, finalmente, uma vez aprovada a presente proposição, seja dado conhecimento ao Bel. José Vicente Elias através de expediente próprio.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1973.

(a) — Nelson Buffara

#### Requerimento

Senhor Presidente:

CONSIDERANDO:

a) — o sucesso alcançado pela peça "ELECTRA", de Sófocles, produzida pelo Grupo Momento e encenada no Teatro Guaíra desde o dia 19 de outubro;

b) — o prestigiamento que vem sendo prestado ao espetáculo por todas as camadas sociais de Curitiba, notadamente pela classe estudantil;

c) — constituir-se a montagem da referida peça por grupo de paranaenses, promovendo, consequentemente, a difusão da arte e cultura do nosso povo, requeiro à Mesa, regimentalmente, a consagração de voto de regozijo pela apresentação da peça "ELECTRA", de Sófocles, e, aprovado o presente dê-se ciência da decisão da Casa aos componentes do Grupo Momento de Teatro S.C. R. Carlos de Carvalho, 250 — Ap. 141.

A Compositora e Diretora Musical Marcia Constantino.

Aos atores: Lala Schneider, Yara Sarmento, Vera Evangelista, Lauro Hanke, Antonio Carlos Kraide, Luiz Henrique Schwanke, Luiz Afonso Buribo, Angela Wogel, Lady Eliana, Mozart Machado, Cilene Maria, Mara Lucia, Alberto Tavares Neto, Felipe Freire e Paulo Roberto.

A soprano — Maria Tereza de Castro, aos instrumentistas: Maria José de Oliveira, Milton Bordignon e Amority Rodrigues.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1973.

(a) Maurício Fruct

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Euro Brandão, Digníssimo Secretário dos Transportes, no sentido de que aquela autoridade estadual, determine providências urgentes com o objetivo de reparar a estrada que demanda de São Mateus do Sul à Palmeira, via São João do Triunfo, haja vista as péssimas condições apresentadas, dificultando o tráfego.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1973.

(a) Domício Scaramella

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário de Educação e Cultura, expediente nos seguintes termos:

O Grupo Escolar Hugo Simas, tradicional estabelecimento de ensino de Londrina, abrigando 1.513 crianças, instalado em prédio antigo e que ora se encontra em péssimo estado de conservação, está a merecer por parte do Poder Público, a atenção necessária, capaz de possibilitar o integral cumprimento de suas finalidades, sobretudo para satisfazer as exigências da reforma do ensino em implantação naquele Município. A direção do estabelecimento entende ser necessária reforma completa no Edifício, abrangendo: — a) — substituição total do telhado e forro das salas de aula e corredores, pois os mesmos representam ameaça à segurança dos alunos, sobretudo nos dias chuvosos; b) — reparos no calçamento do pátio, completamente danificado; c) — recuperar a instalação elétrica, motivo constante de preocupação, em função dos frequentes curtos circuitos, ocorridos; d) — reparos urgentes nos sanitários.

Outrossim, solicita-se estudos no sentido de se construir pátio coberto e construção de quadra para a prática de Educação Física, em atendimento às exigências da Reforma do Ensino.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1973.

(a) Álvaro Dias

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao final assina, no uso de atribuições regimentais, requer, ouvida a Casa, encaminhe-se expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, apelando para que, na medida da competência legal do Município, determine a regulamentação e fiscalização dos estacionamentos de veículos explorados por particulares no centro da cidade, estabelecendo um critério de zoneamento de tabelas de preços correspondentes.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1973.

(a) Erondy Silvério

#### JUSTIFICATIVA:

Sendo a Prefeitura a repartição expedidora de alvarás para o funcionamento dos estacionamentos explorados por particulares no centro da cidade, parece-nos ser sua a obrigação de disciplinar e fiscalizar o setor. Mesmo porque, com o fechamento de todo o centro da cidade e proibição de estacionamento na maioria das ruas centrais, transformaram-se os estacionamentos em reais serviços públicos, pois outra opção não resta, ao motorista que vai ao centro, que usar e pagar pelo uso de vagas particulares. Há, hoje em Curitiba, uma exploração desmedida do usuário de estacionamentos, sem o mínimo critério na fixação de preços. Um deles cobra quatro cruzeiros pela primeira hora de estadia do carro, três cruzeiros nas demais. Mas qualquer tempo, além do limite de uma hora é cobrado como outra hora inteira. Assim, se o cidadão deixar seu carro por uma hora e quinze minutos, pagará sete cruzeiros, como se duas horas houvesse utilizado. Defronte a esse mesmo estacionamento, outro cobra dois cruzeiros pela primeira hora. Por que a disparidade de Preços?

A Prefeitura, que tem sido tão rigorosa na fiscalização de outros serviços, haja aqui também com oportunidade, chamando a si uma responsabilidade que gerou, ao fornecer os alvarás aos interessados.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa,

REQUER:

1.o — seja registrado na Ata dos trabalhos desta Sessão o transcurso, hoje, no 1.o Centenário de Nascimento do Doutor Manoel Lustosa Carrão, co-fundador da Universidade Federal do Paraná e primeiro catedrático da cadeira de patologia da Faculdade de Medicina.

2.o — seja, desta decisão, dada ciência através de expediente acompa-

nhado de cópia de inteiro teor deste Requerimento, à família do ilustre paranaense, na pessoa de sua filha, Exma. Sra. Dona Anália Carrão Macedo, residente à Avenida Vicente Machado, 218, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1973.

(a) João Fadel

#### JUSTIFICATIVA:

Manoel Lustosa Carrão, cujo 1.o Centenário de Nascimento hoje vemos transcorrer, foi, ao seu tempo, um notável cidadão de rara visão, médico humanitário de largo conceito e um idealista que nunca perdeu o pé da realidade, pois seus sonhos de dar ao Paraná uma Universidade foram concretizados mercê de trabalho ingente e sacrifícios de ordem pessoal, tanto dele, como de seus ilustres companheiros, os inesquecíveis doutores Vitor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo, aquele primeiro Reitor e este primeiro Secretário da móvel instituição.

Manoel Lustosa Carrão integrava e liderava aquela plêiade de idealistas que embebidos pelas doutrinas científicas em vigor na Europa de 1909, empenharam-se em plantar em nosso Estado, especialmente em Curitiba, um instituto de ensino superior nos moldes dos que então pontificavam no velho continente, porque enxergavam, e aí está o dom profético de sua missão, que somente pela cultura e pelo estudo poderíamos nós, brasileiros do Paraná, alcançar aquelas condições especialíssimas que determinam a formação de estrutura apta à deflagração do processo de desenvolvimento.

Manoel Lustosa Carrão, médico que, antes de dedicar-se à fundação de nossa Universidade já tinha renome para além fronteiras do Estado como clínico competentíssimo e permanentemente atualizado com os progressos da medicina, destacou-se, também, na sociedade de seu tempo, como cidadão condicionado pela necessidade de servir e amparar aos necessitados e fez da profissão médica um verdadeiro sacerdócio, conquistando as benções de milhares de pobres que ele atendia sem buscar nenhuma remuneração mas simplesmente em cumprimento à sua função eminentemente cristã e atendendo ao sentido social da profissão. Depois, engolfando-se na campanha pela fundação da Universidade, esqueceu-se praticamente de sua clínica e passou a dedicar tempo exclusivo à consecução de seu ideal, que era, também o ideal de seus visionários companheiros. Foi feliz, porque concretizou seu sonho, viu a Universidade instalada e em funcionamento assistiu às cerimônias de imposição de grau de primeira turma ali diplomada e, na condição de lente catedrático da cadeira de patologia da então Escola de Medicina continuou dando de si para consolidação da notável obra, o que foi conseguido como podemos constatar pela esplêndida realidade que é hoje a Universidade Federal do Paraná.

Entendo, por isso, que Manoel Lustosa Carrão, por sua vida e sua obra pode ser considerado um padrão de paranimismo e que, por isso deve aqui nesta Assembléia Legislativa, constar o registro do 1.o Centenário de seu nascimento, como reconhecimento do povo paranaense à memória e à obra de quem soube ser grande em sua missão e elevar seu destino aos pináculos alcançados do ideal concretizado.

Os Nobres Deputados, certamente concordarão com a oportunidade de requerido e, por isso, tenho convicção plena de que darão ao presente seu honroso e indispensável apoio.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o plenário, respeitosamente...

REQUEIR a inserção, em Ata dos Trabalhos, de um voto de solidariedade às homenagens prestadas, na data de hoje, na cidade de Rio Negro, à memória do imortalizado Coronel Alfredo Xavier de Almeida, no transcurso do centenário do seu nascimento, solicitando que a decisão da Casa seja comunicada à família.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1973.

(a) Nelson Buffara

#### JUSTIFICATIVA:

Alfredo Xavier de Almeida, vulto emérito do Paraná, nascido em Rio Negro, filho de Severo de Almeida e Francisca Frade de Almeida, concluiu o curso de ciências e letras na cidade que o viu nascer e o de Humanidades do Colégio Azambuja, desta Capital. Com acentuados pendores para a política e a vivência social em todos os setores das suas profícuas atividades. Como Vereador, foi Presidente da Câmara Municipal de Rio Negro. Como Serventuário da Justiça, exerceu, com probidade, o cargo de Tabelião de Notas. Como homem de empresa, desde 1900, deu ao seu País valioso quinhão de luta e idealismo, incrementando a indústria de erva-mate e a sua exportação. Como pecuarista, notável foi o incremento que proporcionou à economia paranaense, criando gado de raça aprimorada, em suas fazendas "Estiva" e "Santa Catarina". Como criador de cavalos de puro sangue inglês, através do animal "Campo Novo", trouxe para o nosso Estado a glória da conquista do primeiro lugar no Grande Prêmio "Inglaterra", na oportunidade da inauguração do Jóquei Clube Brasileiro. Sua contribuição ao desenvolvimento do turfe foi tão considerável que, até hoje, o Jóquei Clube Paranaense programa, anualmente, o Clássico "Alfredo de Almeida".

Contemporâneo, colega e amigo, de Afonso Alves de Camargo, Eurípeo Cunha e tantos outros que entraram para a história política, administrativa e social do Paraná e do Brasil, Alfredo de Almeida era casado com a sra. Maria Luiza Grein de Almeida, de cuja união adveio numerosa e ilustre prole. Exemplo de esposo, pai, amigo e homem público, exerceu o mandato de Deputado Estadual durante cinco legislaturas, dedicando muito de sua vida em benefício do Paraná.

Prematuramente falecido, aos cinquenta e quatro anos de idade, morreu em paz consigo mesmo, cercado de familiares e amigos.

Reverenciaria a sua memória e compartilhar das homenagens que o povo de Rio Negro lhe atribua neste dia, é legar aos pósteros o reconhecimento e o respeito àqueles que engrandeceram o Paraná e o próprio Brasil, enobrecendo um viver já imortalizado.

#### PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 264-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1.o — Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense — AMUNPAR", com sede na cidade de Paranavai, neste Estado.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1973.

(a) João Mansur



**JUSTIFICATIVA:**

A Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública pelo presente Projeto de Lei, é uma entidade que congrega todos os Municípios do Noroeste Paranaense, tendo como sede a cidade de Paranavaí.

Fundada em 4 de julho de 1971, inscrita no C.G.C. sob n.º 75.479.113/001, tendo como finalidade congregar os Municípios acima especificados na defesa dos seus interesses e reivindicações, presta relevantes serviços a toda Região mencionada.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO:**

Projeto de Resolução n.º 72-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

**R E S O L V E :**

Art. 1.º — O art. 3.º, da Resolução n.º 19-69, de 15 de agosto de 1969, alterado pelo art. 1.º, da Resolução n.º 4-70, de 26 de maio de 1.970, mantidos os seus parágrafos, passa a ter a redação seguinte:

“Art. 3.º — A Verba de Assistência Social poderá ainda ser aplicada no pagamento de prestação de serviço de beneficência; na aquisição de livros técnicos, didáticos, literários e científicos, destinados a bibliotecas públicas ou de sociedades culturais; na aquisição de sementes por intermédio de Prefeituras Municipais, de entidades de utilidade pública ou que prestem serviços gratuitos à coletividade; na aquisição de material destinado à inseminação artificial ou de animais reprodutores, para servir gratuitamente a criadores e para auxiliar entidades de serviço na realização de cursos de bordado, corte e costura e atividades afins”.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1973.

(a) Antônio Lopes Júnior

**JUSTIFICATIVA:**

O Projeto trata de ampliar a faixa de aplicação da verba de assistência social, a cargo do Deputado, com a finalidade principal de proporcionar maior flexibilidade no estabelecimento da política de distribuição dos citados recursos.

Tal ampliação é benéfica, especialmente no caso de áreas cuja carência de auxílio se concentra num dos setores de atividade objeto da discriminação contida na proposição em tela.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Nobres Srs. Deputados.

O Assunto que me traz à Tribuna, embora de importância relativa, vem causando até irritação entre os proprietários de veículos auto-motores. É o problema do estacionamento de veículos que são explorados por particulares dentro da cidade. Observa-se, diga-se de passagem, que estes estacionamentos tem que ser encorajados pelas autoridades concedentes do alvará de equalização, como serviço de utilidade pública. Porque, com o novo plano riário adotado pelo IPUC e pelo DETRAN, reduziu-se em quase cem por cento a área de estacionamento de veículos da via pública. Então os estacionamentos, embora explorados por particulares, por delegação do poder público municipal, que é quem concede o alvará de localização e autorização de funcionamento, constitui-se na realidade de um serviço de utilidade pública, mas o que se observa é a violenta disparidade nos preços cobrados por estes estacionamentos, o que vem se constituindo numa verdadeira exploração aos proprietários de veículos que, obrigatoriamente, servem-se daquele estacionamento. Para exemplificar, um estacionamento na Rua Emílio Pernetta, cobra pela primeira hora, quatro cruzeiros. Pela hora subsequente três cruzeiros. Se o cidadão utilizar de um estacionamento por uma hora e seis minutos, porque a tolerância é de cinco minutos, se ele utilizar o estacionamento por 66 minutos, 1 hora e seis minutos, ele vai pagar sete cruzeiros. Tornando-se assim o aluguel do metro quadrado mais caro do Brasil.

Multiplicando-se isso, pelas 23 horas de um dia, ver-se-á que o metro quadrado é o mais caro do Brasil. O mesmo estacionamento vizinho a este, obra dois cruzeiros pela primeira hora. E um e cinquenta pelas horas subsequentes. Outros ainda cobram cinco cruzeiros, e há os que cobram sete os que cobram 25 cruzeiros, por um pernoite.

Então o problema, que me perdoe, o Poder Público Municipal, que me perdoe o Prefeito Municipal de Curitiba, ele colocou em execução o novo plano riário da cidade, associado com o DETRAN, eliminou os estacionamentos e via pública, não sei se está certo ou errado, o fato é que os estacionamentos em via pública estão eliminados. Não existem mais vias públicas para estacionamento de veículos. Então, o cidadão é obrigado a utilizar estes estacionamentos explorados por particulares.

A, então cai numa verdadeira arapuca, é explorado violentamente, sem que tenha o direito de reclamar a quem quer que seja, porque a Prefeitura está lavando as mãos, diz que a ela não compete o tabelamento. A SUNAB ou sua vez, a triste SUNAB que não tabela coisa nenhuma, a não ser flores a semana de finados, um tabelamento que ninguém cumpre, diz que não é e sua alçadas o tabelamento, e o povo continua explorado e nós seus representantes, ficamos quietos, permitimos a exploração do pobre.

Pode alguém dizer “ué” automóvel é privilégio de ricos, acontece que automóvel não é privilégio de rico. Ai está a indústria nacional produzindo 10 mil unidade por ano, automóvel hoje é instrumento de trabalho, de progresso e desenvolvimento de nosso País. As locomotões é evidente que se usa a curto prazo, mas os veículos são usados como instrumento de trabalho. O cidadão que vai a um banco, ou a uma representação pública, ele ai final se locomover dentro da cidade, o tem que deixar seu veículo estacionado em alguma parte, em algum lugar.

Nas vias públicas não é permitido, porque lá vem o guarda e prega-lhe multa. Então ele é obrigado a se utilizar de um estacionamento particular, ali, ele é roubado miseravelmente, sem que nenhuma autoridade, nem que nenhuma, que se é autoridade o deve pela contingência de representar o povo na administração; e a ela cabe o dever de zelar pela sua economia. Como se tabela o transporte coletivo, se tabela os cinemas, se tabela as diversões e porque não se tabela o estacionamento? Portanto, Sr. presidente, estamos encaminhando um Requerimento ao Sr. Prefeito Municipal. Vamos ver se o Sr. Prefeito Municipal se dá ao luxo de responder

Requerimentos desta Casa. Porque o problema que levantei, há poucos dias, com relação à segurança da população na eventualidade de um sinistro por fogo, até agora não veio a resposta.

Perguntaria à Mesa, ao Sr. Primeiro Secretário, se por acaso não está dormindo em algum gabinete ou mesmo no protocolo, porque até agora não recebi a resposta.

Lí a entrevista do Sr. Diretor do DETRAN, Sr. Marcos Prado, que diz que o Deputado tinha toda razão, que a Assembleia Legislativa tinha toda razão, que ele só se surpreende que o assunto tenha sido levantado na Assembleia Legislativa e não pelo Comandante do Corpo de Bombeiros; e que a Avenida Sete de Setembro ia ser aberta, para dar rápida vazão aos Carros do Corpo de Bombeiros, no caso de um sinistro. — Mas até agora está fechada. Se acontecer um sinistro?

Pediria ao Sr. Presidente, a fineza de esclarecer ao Sr. Prefeito de Curitiba, pelo menos a gentileza de uma resposta.

O problema do tabelamento de estacionamento é atribuição do Prefeito; quem dá alvará é a Prefeitura; a ela compete a fiscalização das condições de higiene, segurança e preços dos estabelecimentos particulares.

Outro assunto, Sr. Presidente, restam-me ainda 40 segundos, para ler um Requerimento que estou encaminhando ao Sr. Governador do Estado. Não precisa nem comentário. Conheço a sensibilidade do Sr. Governador do Estado Emílio Gomes e sei do seu grande coração e tenho absoluta certeza que na hora em que o Requerimento chegar às mãos dele, vai dizer: — que barbaridade, o homem está certo.

Vou ler rapidamente, Sr. Presidente. (Lê):

“Senhor Presidente:

A maior parte das pensões pagas pelo Tesouro do Estado são devidas a viúvas ou dependentes de ex-servidores falecidos anteriormente à instituição do regime previdenciário oficial, ao desamparo, portanto, da legislação específica.

As importâncias pagas são insignificantes, o que não é justo nem humano. Por mera circunstância temporal do óbito, antecedendo a Lei, tem um tratamento diferenciado por parte do Estado, que lhes sonega justas pensões. Note-se, inclusive, que esses pensionistas não gozam sequer dos direitos de assistência médica, pelo IPE, ficando completamente ao desamparo e alguns até na indigência.

É válido, portanto, que esta Casa dirija ao Senhor Governador do Estado um veemente apelo, para que proponha o reajuste dessas pensões, que não são concedidas de favor, mas são obrigação do Estado, qual seja a dar amparo a viúvas, filhas solteiras ou viúvas e filhos inválidos de ex-servidores do Estado, que quando na atividade contribuíram para a grandeza do Paraná.

O apelo específico, é para que sua Excelência reajuste condignamente as pensões especiais, fixando-lhes um teto mínimo condizente com a realidade. Com isso, dará novamente provas de sensibilidade para o drama que vivem muitos dos dependentes da estrutura administrativa do Estado.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1973.

(a) Erondy Silvério”

É evidente que não é culpa do atual Governador. É uma situação que vem de antes da fundação do IPE. Como ninguém se lembrou e este homem que está aí é bom, tenho certeza, que ele vai reajustar a pensão dos servidores do Estado.

Obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente srs. Deputados.

Vim à Tribuna no dia de hoje, para tratar de um assunto de certa forma mais de aspecto pessoal, do que propriamente levantar uma tese, fazer uma proposição de interesse genérico. É a tematização do que pretendo discutir. Se prende a uma entrevista concedida a um dos jornais desta Capital e que mereceu do nobre Deputado Muggiati Filho, algumas considerações desta Tribuna. Lamentavelmente, não me encontrava no Plenário para clarificar algumas afirmações erradamente interpretadas pelo nobre Deputado.

É evidente que nem sequer vislumbrei a possibilidade de má fé do ilustre Deputado, porque conheço bem o caráter e a idoneidade do Nobre Deputado do MDB e 2.º Secretário desta Casa, razão porque é imperativo que compareça a esta Tribuna para fazer algumas considerações, ao que pareceu, ao nobre Deputado um tanto desairosas ao Movimento Democrático Brasileiro.

Iniciou o seu pronunciamento o nobre Deputado Muggiati Filho, dizendo: que não iria tratar de matéria doutrinária, mas sim de episódio político, considerações de ordem democrática.

Todavia, o trecho de maior relevância é a afirmativa que o Deputado Muggiati faz de que eu fizera um pouco de ironia nuíña referencia a aspecto quantitativo do MDB, dizendo o seguinte: “Grande verdade esta afirmação de S. Exa., muito embora mal aplicada na frase que é irônica”.

Nobre Deputado, devo esclarecer a V. Exa. que não se tratou de frase irônica. V. Exa. sabe que existem dois tipos de juízo, o juízo de valor e o juízo de fato. Quando disse que lamentavelmente o MDB dispunha de um quadro quantitativo irrisório, quando fiz um juízo de fato e não de valor, porque acho que quantidade e qualidade, são dois conceitos distintos e é evidente que não pretendi em nenhum momento, ironizar a afirmativa.

Mais adiante um aparte do Deputado Iris Caldart, que consignou que “não obstante mantemos aqui serenidade, tranquilidade, apoio e tem razão o Nobre Deputado Luiz Roberto Soares quando diz que não somos agressivos. Parece então que os homens do Governo estão a exigir, a chamar a agressividade. Tem V. Exa. total e inteiro apoio nestas duas manifestações que faz nesta Casa e não sei. Nobre Deputado deste momento em diante, qual seria a melhor atitude dos homens da oposição”.

O Sr. Deputado Muggiati Filho continuou o seu pronunciamento dizendo que “gostaria de dizer e frisar aquilo que repelimos não pessoalmente, porque nós consideramos o mais humilde membro desta Casa (não apoiado) mas quanto ao ataque feito à capacidade dos nossos companheiros de Bancada. Não aceito e para repeli-lo citarei como exemplo que se acha registrado nesta Casa a luta encetada pelo MDB no início do Governo do Sr. Haroldo Leon Peres por ocasião da reforma constitucional, pretendida por um dos governantes mais corruptos que passaram pelo Estado do Paraná”.

Na realidade, Nobre Deputado, a entrevista que concedi não foi publicada no seu inteiro teor. Pretendi fazer um pronunciamento de ordem doutrinária e disse que, lamentavelmente, os Partidos políticos brasileiros care-



ciam de consistência tanto política como doutrinária e que não era um mal novo na vida brasileira, mas que decorria de muitos anos. Fiz uma autocritica como membro da ARENA e, também estendi a critica ao MDB em termos puramente teóricos e puramente doutrinários.

Quero, para dar um respaldo, um suporte mais científico a esta proposição, ler o que diz um dos nossos mais eminentes cientistas políticos, o sociólogo Glaucio Soares em recente publicação denominada "Sociedade Política do Brasil". Dizia ele que em pesquisa eleitoral que realizou, perguntou aos entrevistados em quem votariam, se o melhor candidato fosse o candidato do pior Partido e vice-versa. 77% responderam que votariam no melhor candidato do pior partido e somente 10% respondeu que votaria no pior candidato do melhor Partido. Traduz essa pesquisa uma realidade bem brasileira que lamentavelmente, os Partidos tem menos vigor e menos consistência que seus próprios líderes. Votam-se nos líderes dos Partidos e não nos Partidos.

Esta é uma constatação que, talvez não traga em seu bojo nenhuma novidade ao ilustre representante do MDB e aos demais Deputados desta Casa. mas constata uma faceta da realidade nacional da qual não foge nem sequer a Arena e muito menos o MDB. E nesse sentido, sr. Deputado, que clamava por mais agressividade, não só ao Partido da oposição, como ao Partido da situação, isto é condição de atuação política permanente mais enraizada na realidade nacional porque, não sei se V. Exa. concorda, os Partidos políticos brasileiros ainda são uma terra planta em nossa frágil democracia. Entendo que uma verdadeira democracia se traduz pelo comportamento dos Partidos políticos. Não é isto uma agressão como, talvez, pudesse parecer a V. Exa. ao MDB. Trata-se de uma autocritica ao comportamento dos Partidos políticos brasileiros em geral e não tinha nenhum sentido depreciativo.

Disse, Nobre Deputado, que o aumento quantitativo do Partido da oposição, se vier a ocorrer, viria, como consequência, a revitalização da própria democracia brasileira. É evidente. Se as forças políticas nacionais fossem mais equilibradas, maiores condições haveria ao exercício da vida democrática.

Tenho em mãos, também, um ensaio que considero muito valioso de um Professor de Direito Constitucional da Universidade de São Paulo, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, denominado "A democracia é possível". Esse ensaísta faz algumas considerações a propósito da democracia e Partidos políticos. Primeiramente, faz, no meu entendimento, uma critica, muito justa, sobre um dos entraves ao exercício da vida política pelos Partidos. Quer se referir a obrigatoriedade da fidelidade partidária que a mim parece um dispositivo que tolhe todas as iniciativas criadoras dos srs. Deputados que pretendem tem uma atuação muito mais afinada com as suas convicções do que propriamente, às vezes, com os interesses meramente partidários. E diz ele que esta lei, tem precedentes numa legislação da Tchecoslováquia, dos anos 20 e que não deu, naquele País, os resultados esperados. E nem sei se dará aqui no nosso País. Mais ainda, citando este professor de São Paulo. Ele fez a seguinte constatação:

"Somente na Grã-Bretanha, vigora algo próximo como a democracia pelos Partidos. Lá, o povo nas eleições opta por um Partido para governar, isto é, por um programa, e por homens vinculados a estes programas. Lá o governo opta por uma maioria para executar o programa eleitoralmente aprovado. Isto resulta evidentemente de uma condição de coexistência do bi-partidarismo com a disciplina partidária. Assim mesmo os programas partidários são na Grã-Bretanha como alhures, vagos e genéricos, de forma que traçam pálida diretriz. A moção governamental que é realmente definida pela vontade da cúpula partidária. Mas, à frente, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, faz a apologia dos Partidos políticos americanos. Isto sim, verdadeiramente político e verdadeiramente Partido, porque em última instância conduzem a opinião pública americana. Eu não sei se consegui incrustar dentro de um contexto mais teórico e doutrinário, o verdadeiro sentido das minhas afirmações. Antes de conceder o aparte ao Deputado Muggiati Filho, eu vou dizer que gostaria de trazer também à consideração, para reflexão dos srs. Deputados, algumas teorizações feitas na revista "A Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas", pelo Professor Oscar Dias Correia, ex-Deputado federal, que chama a atenção pelo artificialismo da vida partidária brasileira, dizendo que esta falência se traduz por sua incapacidade de desempenhar as funções que lhe atribue a doutrina democrática moderna. E arrola algumas causas. "A falta de conteúdo, ou seja programa nítido expressão de uma mundividência, falta de homogeneidade e algumas indisciplinas nem sempre muito saudáveis". E fazendo uma consideração a propósito dos dois Partidos, tanto Arena como MDB dizia que "as suas próprias designações indicam a transitoriedade delas". Então Nobre Deputado, eu ficaria feliz, se V. Exa. desse uma outra dimensão ao meu pronunciamento, que não foi absolutamente de provocação e muito menos de agressão. Já disse várias vezes, a existência do Partido da Oposição é uma condição necessária para o enraizamento da democracia brasileira. Eram as considerações. Tem o aparte V. Exa.

O sr. Muggiati Filho — Nobre Deputado quando nós fizemos este pronunciamento a que V. Exa. em parte está contestando, tivemos a felicidade e a nossa atenção inclusive, voltada para a realidade de ressaltar e de ressaltar também, quanto à personalidade de V. Exa., no seu conteúdo de cultura e de ética que sempre demonstrou nesta Casa. Mas V. Exa. há de convir que hoje, entre o que V. Exa. disse a aquilo que está transcrito no "Diário do Paraná", na Seção Política que serviu de base à nossa locução há uma diferença de plano porque ali, o que se disse não parecia ser uma tese ou uma alegação de ordem doutrinária, mas, incisivamente entendeu-se, como de fato o entendimento que tivemos foi aquele que traduzimos nesta Casa. De modo que, nós nada teremos a acrescentar senão o de que recordamos esse esclarecimento de V. Exa., como realmente uma contribuição ao re- vigoramento democrático em nosso Estado, de vez que em muito esse pensamento que V. Exa. desenvolveu, vem ao encontro daquilo, que indistintamente, todos aqueles que pretendem realmente alcançar um plano político elevado pensam em nosso País.

Estamos plenamente, de acordo com V. Exa., notadamente no que diz respeito à fidelidade partidária, cuja Lei é disciplinatória, tão disciplinatória quanto outras Leis disciplinatórias que existem em nosso país, presentemente vigindo, que ela chega ao cúmulo de estabelecer a fidelidade partidária somente aos detentores de mandatos legislativos, enquanto aqueles que são detentores de mandatos executivos que são os Governos de Municípios, eleitos pela votação direta do povo, estão separados da Lei de fidelidade partidária. E V. Exa. teve já registrados na história política do Paraná, logo após as recentes eleições municipais casos de Prefeitos que, impune eleitos por uma legenda transferiram-se para outra; de modo que era o que nos caberia dizer a V. Exa., ressaltando também que não tivemos outra intenção senão a

de que o assunto fosse realmente esclarecido, como V. Exa. tão bem o fez nesta Tribuna, na tarde de hoje.

Congratulamo-nos com V. Exa., não só pela cultura demonstrada mas, principalmente, pelo esforço e dedicação de V. Exa. E no estudo e no desenvolvimento da classe política nacional. Muito obrigado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço o aparte com expressões tão generosas, e até proporia que, em outra ocasião se aproveitasse esse tema, — que em última análise tem uma repercussão na vida de cada um de nós — que é uma análise honesta sobre Partidos políticos brasileiros, tanto a Aliança Renovadora Nacional, quanto o Movimento Democrático Brasileiro.

O sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte?(Assentimento). Nobre Deputado, com toda sinceridade, sobretudo com toda honestidade, eu aprendi, nestes poucos meses que estou nesta Casa, a sentir mesmo a necessidade de admirar e respeitar V. Exa., como um dos Parlamentares desta Casa que faz política com cultura e que cultua a cultura.

Em diversas ocasiões tive oportunidade de observar, de escutar pronunciamentos, de ver atos e atitudes de V. Exa. e formar este juízo que a experiência de longos e longos anos de luta, principalmente no setor profissional, nos ensinar a admirar e respeitar as pessoas, os nossos semelhantes. Eu vaticino a V. Exa. um lugar notável na vida pública na História do Paraná e queira Deus que assim seja. E hoje então eu reforço, eu multiplico esta convicção pela coragem extraordinária de V. Exa. na conceituação da interpretação da vida política de nosso País. V. Exa. é corajoso. Corajoso porque, se pensarmos e meditarmos sobre o regime político instituído nesta Pátria, a sua plena, franca, ampla e incontestável execução e, note bem V. Exa. não estamos contestando V. Exa. é corajoso, mas defende uma idéia brilhante, notável que tem raízes profundas na instituição da Democracia, tenha esse depoimento meu; e acrescente a V. Exa. enquanto não tivermos um regime político realmente em funcionamento, não há condições absolutas neste País de que os Partidos políticos venham a exercer a sua verdadeira e notável, na história do universo, sua notável função. Não há condições, enquanto tivermos as intervenções nos Municípios enquanto as eleições para governador do Estado sejam indiretas, enquanto sejam nomeados Presidentes da República, enquanto a instituição do sistema direto não for restituída. Enquanto, enfim, não se executar na sua plenitude e na sua concepção ideológica universal, regime democrático, nós seremos sempre uns Deputados contentidos, com as nossas limitações, que o atual regime nos impõe. Não estamos, repito, contestando; não estamos fazendo apologia ao regime democrático. Receba V. Exa. mais uma vez a afirmação da minha admiração e os meus votos sinceros de que prossiga V. Exa. nesta trilha de Democracia; não Democracia consentida não Democracia baderna, mas democracia responsável, a que, efetivamente, o homem cumpre com sua destinação dentro da consciência social.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado Iris Caldart, primeiramente quero dizer a V. Exa. que os conceitos expendidos com respeito à minha pessoa, realmente me desvanecem e ao mesmo tempo me conferem uma grande responsabilidade de não trair a expectativa e o conceito que V. Exa., tão generosamente, alude à minha pessoa.

Agradeço e retribuo a V. Exa. os votos que fez. E apenas, para encerrar, eu diria a V. Exa. que a tarefa de repor o País na plenitude da vida democrática é uma tarefa que se impõe a todos os brasileiros, indistintamente. Mas, principalmente aos Partidos políticos. E nesse sentido, Sr. Deputado que eu encaminho e é nesse sentido que eu proponho um revigoramento das atribuições partidárias. Agressivo deve ser o MDB, como agressiva deve ser a ARENA, mas agressividade não no sentido de um ceticismo consequente, acho até ser a agressividade política uma das mais relevantes agressividades, no sentido de procurar ser efetiva e dar uma mensagem realmente consentânea com o povo brasileiro.

Daí porque Nobre Deputado, independente de posição partidária, todos nós temos um dever e a obrigação de criar um acontecimento e não apenas esperar que ele surja e aconteça. E nesse sentido, nobre Deputado que eu procuro situar minha posição.

Agradeço imensamente as referências que foram feitas a meu respeito e espero numa próxima oportunidade que seja, em toda amplitude, discutido esse tema que é fundamental para a sobrevivência da democracia. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Segundo orador Inscrito, Sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, srs. Deputados. Já por inúmeras vezes temos nos manifestado nesta Casa e sempre, e constantemente, firmado uma posição em relação a nossa atuação, que não implica e não impede o comportamento correto e sobranceiro dentro da linha político-partidária que nos é imposta como consequência de uma atividade da filiação.

Nestas condições é que vimos, novamente, a esta Tribuna para louvar e aplaudir atos e atitudes de homens notáveis na vida política e social de nosso Estado e Nação.

Foi com muita alegria que tivemos oportunidade de ler na imprensa da Capital, nesta manhã de hoje, a publicação de uma conferência que foi realizada pelo Sr. Horácio Coimbra nesse simpósio que está se realizando na Capital, ou seja o Seminário Empresarial promovido pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná — BADEP.

Ora, meditamos a respeito do 1.º plano nacional de desenvolvimento que conhecemos. Transportamos-nos para esse trabalho do Governo do Estado do Paraná, "Diretrizes de Ação — 1973" que nos foi entregue na Assembléia Legislativa, há poucos dias, pelo Sr. Secretário do Planejamento do Governo do Estado. E nos foi dado observar a perfeita sintonia desse trabalho com o plano nacional de desenvolvimento e os consequentes e respectivos planos de planejamento dos Governos Federal e Estadual. Tudo isto, srs. Deputados, no papel, na confecção, nos trabalhos científicos filosóficos realizados, realmente, traduz que temos condições para o estabelecimento e a implantação de uma política que, efetivamente, pode levar este País ao Brasil gigante que todos nós queremos e todos nós almejamos.

O problema consiste em que neste Brasil se acredita, se discute, se estuda, e se faz tecnologia já que estamos nesta fase de remodelação de transição para o sentido tecnológico, tecnocrata, da vida atual brasileira. O grande crime a grande calamidade pública é que todos esses planos e estu-



dos, todas essas filosofias de administração e de planejamento ficam nas gavetas das repartições públicas e nada se há execução, ou quase nada.

Vejam Vs. Exas. que, em consequência deste momento político da Nação, é que nos chama a atenção o pronunciamento do cidadão Horácio Sabino Coimbra, que não conhecemos pessoalmente mas, que, algumas vezes, ouvimos falar do empresário Horácio Sabino Coimbra, e li alguma coisa a respeito de seus empreendimentos e atividades empresariais.

Mas, se os srs. Deputados se detiverem na análise e na meditação da conceitualização expandida por esse empresário, vaticinando ao Estado do Paraná um trabalho que merece, sob todas as formas e por todos os aspectos, o grande aplauso de todos nós, Vs. Exas. vão ver que, efetivamente, segundo o conferencista, "o mundo, de fato, é faminto e esse processo somente será corrigido com o advento de uma nova tecnologia capaz de multiplicar em eficiência produtiva, os métodos conhecidos para obtenção de alimentos".

Depois de citar exemplos de países altamente desenvolvidos, no que diz respeito a preocupação pela falta de alimento, Horácio Coimbra diz que a industrialização, com base na agropecuária, é importante e que, em relação ao Paraná, é a mais duradoura. "No caso do Estado do Paraná, disse S.S., a que melhor atende a sua vocação e ao seu potencial produtivo".

Frisou o conferencista "que esse caminho, o da industrialização dos produtos agropecuários nas regiões produtoras, interessa diretamente aos agricultores e pecuaristas, pela garantia de absorção de maiores volumes, a preços satisfatórios, de sua produção".

Desenvolve, também, um trabalho notável a respeito da implantação da tecnologia no Paraná, principalmente neste setor da agropecuária porque, evidentemente e indiscutivelmente, o Estado do Paraná é, eminentemente agropecuarista.

Ora, se temos planos, srs. Deputados, perfeitamente delineados que conduzem e vem de encontro ao interesse da emancipação econômica deste Estado, com esta larga repercussão que deve ter o Estado do Paraná na manutenção de sua participação, no desenvolvimento nacional, com 20% pelo menos na exportação brasileira que vem detendo atualmente o Estado do Paraná. Se atentarmos para estes detalhes, nenhuma outra alternativa existe para o Estado do Paraná. E justo que reclamemos para que os planos não fiquem nas gavetas, para que se implante definitivamente, corajosamente em nosso Estado, as estradas necessárias para que consigamos obter o ponto almejado de produção, de presença na vida pública nacional, com importante repercussão lá fora no exterior. Então chegaremos aí, se não arregaçarmos as mangas, se não houver uma decisão corajosa e eficiente do Governo em que se implante a infra-estrutura e para tal, que tenhamos o exemplo, porque não se pode falar em produção, e consequentemente não se pode falar em industrialização, se não tivermos a implantação dessa infra-estrutura. E como algo fundamental, como algo básico desta implantação de emancipação da produção do Estado do Paraná, é fundamental o exemplo de encerrar o problema de outros Estados. Há 40 anos atrás, o Estado de São Paulo, o Estado de Minas Gerais, tinham suas estradas rasgando em todos os sentidos e em todos os recantos dessa região do seu Estado. Nós não temos estradas vicinais no Paraná, não temos uma assistência técnica à produção agropecuária do Estado. Não temos regiões fabulosas de produção, por exemplo no Oeste, Sudoeste, Noroeste e Norte do Estado, não existe a mínima assistência ao produtor. Não se produz a semente adequada ao solo, ao clima de cada região. Faltam estradas vicinais em todos os recantos do Estado. É preciso pois, que se implante esta emancipação agropecuária, um dos fatores fundamentais do nosso Estado. É este o apelo e a nossa consideração, srs. Deputados, para pedirmos dos srs. Deputados, considerando este trabalho extraordinário de tão grande significação, pedimos que esta entrevista seja inserida nos Anais desta Casa. É o motivo que nos traz à Tribuna. É um trabalho de profundo valor social e econômico, de extraordinário sentido político e administrativo do nosso Estado, pedindo aos srs. Deputados que tomem conhecimento e se conscientizem de um trabalho, de uma entrevista como esta. Solicitamos que seja inserido nos Anais da Casa. Agradeço a atenção de V. Exas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 41 Srs. Deputados.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, pediria a fineza de que V. Exa. procedesse à chamada nominal dos srs. Deputados, porque, ao que me parece, não há quorum para votação.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º secretário procederá à chamada nominal dos srs. Deputados, para verificação de quorum.

(É procedida a chamada nominal dos srs. Deputados)

Responderam à chamada nominal 31 srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da votação da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Antonio Lopes Júnior, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

4.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 190-73, de autoria do Dep. Antonio F.F. da Costa, que autoriza o Poder Executivo alterar a forma de cobrança das Mensalidades em atraso dos Serventuários da Justiça, junto a Carteira de Pensões do Instituto de Previdência do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA, com EMENDA de 3.ª Discussão. — Aprovado a Emenda.

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 216-72, de autoria do Dep. Domício Scaramella, ex-Emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72, que dá nova redação ao Parágrafo 2.º do artigo 24 do Projeto acima. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com SUBSTITUTIVO — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir) Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Nobre Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na manhã de hoje, os Srs. Deputados Domício Scaramella, autor da proposição que está sendo submetida à apreciação da Casa, juntamente com o Sr.

Deputado Antônio Lopes Júnior, Presidente da Comissão Especial encarregada de estudar possíveis alterações que visam o aperfeiçoamento da Lei Orgânica do ICM e este Deputado, estiveram com S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda, discutindo aspectos da Lei Orgânica do ICM. E, na oportunidade, o Sr. Secretário da Fazenda, analisando com os membros da referida Comissão, emendas apresentadas pelos Srs. Deputados, todas elas, como dizem, visando o aperfeiçoamento deste diploma legal, decidimos inserir no texto de um dos Projetos de Lei que deverá ser subscrito por esta Comissão, matéria que substitui a que o Sr. Deputado Domício Scaramella pretende a aprovação neste Plenário. Em vista do exposto e considerando que S. Exa. o Sr. Deputado Domício Scaramella estudioso da matéria considerou válidas as ponderações do Sr. Secretário, e por haver considerado principalmente que o Anteprojeto de Lei que está hoje sendo elaborado atende ao que S. Exa. se propõe, através da matéria, pediria aos Srs. Deputados que por ocasião da votação fosse o Projeto de Lei n.º 216-73 rejeitado, porquanto terá redação idêntica, própria inserida no novo Anteprojeto de Lei, que proximamente esta Casa haverá de apreciar.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei n.º 216-73. — Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto. — Aprovado.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, pretendo através desta questão de ordem, indagar de V. Exa. se colocou em votação o Projeto de Lei e o Substitutivo da Comissão. Porque parece que o Substitutivo, por não ter alteração à essência da matéria, deve ao menos, no entendimento deste Deputado, se considerar prejudicado na votação do Projeto de Lei. Se não ferir o Regimento Interno, pediria a V. Exa. que colocasse em votação, novamente o Projeto, porquanto, rejeitado o Substitutivo, acreditava que, ao mesmo tempo, estávamos rejeitando o Projeto de Lei.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem) Sr. Presidente, pelo que podemos entender, V. Exa., em que pese as ponderações do ilustre Líder do Governo, já deu por encerrada a votação e proclamou o resultado, sendo, consequentemente, matéria vencida. Indagariamos, Sr. Presidente, se V. Exa. abrirá uma exceção, reconsiderando a decisão tomada por esta Casa, que já votou essa matéria, em que pese o meu respeito ao ilustre Líder do Governo.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu me valho de outro dispositivo regimental. Solicito a V. Exa. a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferido.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro também chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — Defiro ambos os pedidos, pela ordem. Preliminarmente, verificação de votação.  
(É feita a verificação)

O SR. PRESIDENTE — 17 Srs. Deputados rejeitam, 4 aprovam. Não há quorum para votação.

O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Responderam a chamada 30 Srs. Deputados.

Em votação o Projeto de Lei n.º 216-72. — Rejeitado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 89-73, de autoria do Dep. Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo abonar faltas de alunos dos Colégios e Escolas de nível Superior do Estado, quando disputarem competições esportivas oficiais. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.I.P. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 144-73, de autoria do Dep. Roberto Soares, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1.º, da Lei n.º 4.763 de 5-11-63 (Pensão viúva suplentes de Deputados). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de São José dos Pinhais (1) um trator marca Caterpillar, modelo D4-40 A, Série 1642, pertencente à Secretaria da Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araucária, tratores e trilhadeiras que especifica, pertencentes à Secretaria da Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. COM EMENDA EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovada a Emenda. Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 249-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 94-73, encaminhando anteprojeto de Lei no qual solicita autorização para contrair empréstimos, dar garantia, fiança ou aval aos empréstimos contraiados ou que venham a ser contraiados pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) ou pelos órgãos da Administração Direta e Indireta Bancos, ou Sociedades de Economia Mista conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM

94-73

Curitiba, 19 de outubro de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos ou a dar garantia, fiança ou aval aos empréstimos contraiados ou que venham a ser contraiados pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) ou pelos seus órgãos da Administração Direta ou Indireta inclusive pelos Bancos ou Sociedades de Economia Mista em que o Governo do Estado seja acionista majoritário com o Banco Nacional da Habitação (BNH), até o montante de 2.650.000 UPCEs (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil Unidades Padrão de Capital) do BNH, correspondentes, nesta data, a Cr\$ 206.355.500,00 (duzentos e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos cruzeiros) destinados à aplicação em programas e projetos aprovados pelo mesmo Banco e que atendam a uma ou mais das seguintes finalidades:



I — Realização de obras de infra-estrutura, de equipamentos comunitários nos conjuntos habitacionais existentes e nos que venham a ser construídos no Estado do Paraná, pelos Agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), especialmente a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR).

II — Ampliação da oferta da habitação de interesse social, mediante a construção de unidades habitacionais ou outras formas previstas no Sistema Financeiro da Habitação, inclusive quanto à aquisição de terrenos.

III — Contratação ou execução de obras e serviços que permitam atender à demanda habitacional, na faixa de interesse social, ou melhorar as condições de habitabilidade dos conjuntos existentes.

As inclusas cópias autênticas dos Ofícios n.º 639-73, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e 735-73, da Companhia de Habitação do Paraná, dizem, com o devido detalhamento, sobre a alta significação e oportunidade da medida legal ora submetida a essa Augusta Casa de Leis.

Tendo em vista os elevados interesses público, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos ou a dar garantia, fiança ou aval aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) ou pelos seus órgãos de Administração Direto ou Indireta inclusive pelos Bancos, ou Sociedades de Economia Mista em que o Governo do Estado seja acionista majoritário, com o Banco Nacional da Habitação (BNH), até o montante de ... 2.650.000 UPCs (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil Unidades Padrão de Capital) do BNH, correspondentes, nesta data, a Cr\$ 206.355.500,00 (duzentos e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos cruzeiros) destinados à aplicação em programas e projetos aprovados pelo mesmo Banco e que atendem a uma ou mais das seguintes finalidades:

I — Realização de obras de infra-estrutura, de equipamentos comunitários nos conjuntos habitacionais existentes e nos que venham a ser construídos no Estado do Paraná, pelos Agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), especialmente a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR).

II — Ampliação da oferta da habitação de interesse social, mediante a construção de unidades habitacionais ou outras formas previstas no Sistema Financeiro da Habitação, inclusive quanto à aquisição de terrenos.

III — Contratação ou execução de obras e serviços que permitam à demanda habitacional, na faixa de interesse social, ou melhorar as condições de habitabilidade dos conjuntos existentes.

Art. 2.º — Os empréstimos de que trata o artigo anterior subordinar-se-ão às condições e aos prazos constantes das normas operacionais do Banco Nacional da Habitação (BNH), inclusive quanto à incidência da correção monetária.

Art. 3.º — As operações de crédito previstas nesta lei poderão ser contratadas pelo Governo do Estado, ou pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), pelos órgãos da Administração Direta ou Indireta Estadual inclusive pelos Bancos, ou Sociedades de Economia Mista em que o Governo do Estado seja acionista majoritário, ficando o Poder Executivo autorizado a garanti-las mediante a vinculação de qualquer item da sua receita orçamentária.

§ 1.º — Para efetivação da garantia de que trata este artigo o Poder Executivo fica autorizado a outorgar ao Banco Nacional da Habitação (BNH) através de mandato nos próprios instrumentos contratuais, os poderes bastantes para que as garantias sejam prontamente exequíveis, no caso de inadimplemento.

§ 2.º — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), na hipótese do Governo do Estado ou da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), ou dos órgãos da Administração Direta ou Indireta Estadual não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimo assinados.

Art. 4.º — Os contratos e convênios relacionados com os empréstimos e garantias de que trata esta lei, bem como seus aditivos, poderão ser firmados pelo Governo do Estado, ou pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), pelos órgãos da Administração Direta ou Indireta Estadual, inclusive pelos Bancos e Sociedades de Economia Mista em que o Governo do Estado seja acionista majoritário, mediante intervenção do Governo do Estado, que poderá ser representado através da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

Art. 5.º — A execução do disposto nos artigos anteriores poderá efetivar-se em uma ou mais operações, e em qualquer data, até que seja atingido o montante fixado no artigo primeiro.

Art. 6.º — Para os empréstimos realizados diretamente pelo Governo do Estado, o Poder Executivo fará incluir nas propostas orçamentárias anuais, inclusive as relativas ao Orçamento Plurianual de Investimentos, dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras do Estado, decorrentes do cumprimento desta Lei.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA  
GABINETE DO SECRETÁRIO  
Of. N.º 639-73 Curitiba, 19 de outubro de 1973

Senhor Governador.

Temos a satisfação de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência, minuta de Anteprojeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos, dar garantia, fiança ou aval aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) ou por seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, inclusive pelos Bancos ou Sociedades de Economia Mista em que o Governo do Estado seja acionista majoritário, com o Banco Nacional da Habitação (BNH) até o montante de 2.650.000 UPCs (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil Unidades Padrão de Capital) do BNH, correspondentes, nesta data, a Cr\$ 206.355.500,00 (duzentos e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos cruzeiros).

Trata-se de medida de elevadíssimo alcance social, conforme poderá Vossa Excelência inferir da justificativa elaborada pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), anexa ao incluso ofício n.º 735/DP, daquela empresa.

Nesta oportunidade apresentamos a Vossa Excelência protestos de elevada estima e real consideração.

MAURÍCIO SCHULMAN  
Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor  
Doutor EMÍLIO GOMES  
Digníssimo Governador do Estado do Paraná  
N/ Capital

COHAPAR — COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ  
Curitiba, 12 de outubro de 1973  
Ofício N.º 735/DP/73

Exmo. Sr.  
MD. SECRETARIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

ASSUNTO: REMESSA DE MINUTA DE LEI E JUSTIFICATIVA  
Senhor Secretário:

Com o presente temos a satisfação de encaminhar a V. Excia, minuta de Lei que autorizará o Poder Executivo a assumir obrigações perante o Banco Nacional da Habitação e seus Agentes, bem como justificativa.

Aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de nossa alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente  
GERHARD LEO LINZMEYER  
Diretor Presidente

ANEXO: Lei e Justificativa.

Exmo. Sr.  
Dr. MAURÍCIO SCHULMAN  
MD. Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda  
Secretaria da Fazenda  
N/ Capital

#### JUSTIFICATIVA

Ao observarmos os gráficos estatísticos referentes à evolução demográfica no Brasil, constatamos com assombro, o vertiginoso crescimento populacional e com fundadas preocupações tomamos conhecimento do crescente êxodo das populações rurais. A par do extraordinário crescimento vegetativo da população urbana, o fluxo migratório dos campos para as cidades faz aumentar, no governo, o temor pelas consequências desse movimento. Os quadros estatísticos estimam em 1.300.000 (hum milhão e trezentos mil) o volume anual desse fluxo migratório. Esses dois fatores associados, concederão ao Brasil nos próximos dez anos a mais elevada taxa de crescimento demográfico do mundo ocidental: 2,7 milhões de habitantes por ano. A isto, podemos acrescentar a notável atração que o Brasil vem exercendo no exterior, em função do seu extraordinário desenvolvimento nesta década. Em 1980 nossa população urbana deverá ser de aproximadamente 80 milhões de pessoas, superior à população total da maioria dos países europeus.

É importante salientar o esforço governamental no sentido de, encarando tão incontrolável crescimento, investir científica, técnica e financeiramente, de maneira maciça, buscando equacionar o problema e evitar o prosseguimento das aglomerações faveladas nos meios urbanos, como verdadeiros quistos sociais, eliminando dessa forma o déficit habitacional e, consequentemente, a insegurança resultante desse desequilíbrio sócio-econômico.

O Paraná contribui, como célula nacional, com uma das mais elevadas taxas de crescimento populacional do país. E o que aqui se observa é a demonstração prática da grande lei aplicável tanto às ciências exatas como às ciências sociais: pelo conhecimento das partes chegaremos ao todo. Somente o bom senso, a técnica, o esforço econômico-financeiro e o trabalho laboratorial terão condições de atenuar ou eliminar paulatinamente o problema que se nos apresenta. Esse problema é dinâmico e as soluções devem ser apostamente dinâmicas e corajosas. Cabe-nos aproveitar as potencialidades compatíveis com o problema que vivemos, pois só assim os opostos criarão uma terceira condição que trará como resultante a harmonia social. Temos o privilégio de receber em minúcias o resultado dos estudos permanentes dos técnicos afeitos à evolução do problema habitacional. Disponemos de todos os elementos necessários para acionar o nosso trabalho. Sentimos a incontida necessidade de contribuir com a nossa parcela de participação, resolvendo, o grande problema com que nos defrontamos. Acalentamos o desejo irreprimível de continuar mostrando ao Brasil que o Paraná sabe encontrar, pelo trabalho profícuo, as soluções adequadas para as questões afilivas do seu povo. Soluções humanas e racionais.

No campo da habitação, o Paraná tem participado do esforço nacional e colhido experiências que têm contribuído para o aperfeiçoamento das soluções. Não seria sensato aceitar de, forma passiva, o crescimento urbano vertiginoso. É preciso, portanto, trabalharmos desde já. A única opção válida consiste em comandar e orientar o processo desencadeado, no sentido de transformar o crescimento desordenado em pleno desenvolvimento urbano.

As possibilidades que o Banco Nacional da Habitação nos coloca à disposição são em linhas gerais:

Financiamento de conjuntos habitacionais para famílias com rendimentos entre um e três salários mínimos;  
Financiamento da infra-estrutura dos conjuntos habitacionais, representando pavimentação das ruas dos núcleos inclusive os acessos, proteção à erosão e outros benefícios;  
Financiamento de equipamentos comunitários em núcleos habitacionais visando prover os moradores das condições essenciais para o desenvolvimento cultural, educacional, recreativo e relacionamento social.

Em termos de aplicação representa:

4.500 residências no 1.º ano	Cr\$	72.900.000,00	—	936.175,68	UPC
2.500 residências para início do 2.º ano	Cr\$	40.500.000,00	—	520.097,57	UPC
Pavimentação	Cr\$	32.902.100,00	—	422.526,00	UPC
Núcleos Comunitários	Cr\$	15.000.000,00	—	192.628,74	UPC
Complementação da infra-estrutura	Cr\$	45.000.000,00	—	577.886,22	UPC
<b>TOTAL</b>	<b>Cr\$</b>	<b>206.302.100,00</b>	<b>—</b>	<b>2.649.314,23</b>	<b>UPC.</b>

A aplicação financeira para a execução desse programa, será procedida com a liberação de recursos do Banco Nacional da Habitação da ordem de Cr\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de cruzeiros) que corresponde a 2.650.000 (dois milhões e seiscentos e cinquenta mil) Unidades Padrão de Capital. Esses valores serão repassados através da Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, que os aplicará nos municípios previamente pesquisados, de acordo com as normas do Plano Nacional de Habitação.

Para a consecução desse empréstimo o Estado deverá concorrer com as garantias exigidas pelo Banco Nacional da Habitação, nos termos da minuta do Anteprojeto de Lei anexo, que submetemos à elevada apreciação de V. Exa.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 249-73

A Proposição ora enfocada, oriunda-se da Mensagem Governamental n.º 94-73, encaminhando a esta Casa de Leis, para os fins constitucionais, Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos ou a dar garantia, fiança ou aval aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) ou pelos seus órgãos da Administração Direta ou Indireta inclusive pelos Bancos, ou Sociedades de Economia Mista em que o Governo do Estado seja acionista majoritário, com o Banco Nacional da Habitação (BNH), até o montante de 2.650.000 UPCs (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil Unidades Padrão de Capital) do BNH, correspondentes, nesta data, a Cr\$ 206.355.500,00 (duzentos e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos cruzeiros) destinados à aplicação em programas e projetos aprovados pelo mesmo Banco e que atendam a uma ou mais das finalidades que especifica, ou seja:

I — Realização de obras de infra-estrutura, de equipamentos comunitários nos conjuntos habitacionais existentes e nos que venham a ser construídos no Estado do Paraná, pelos Agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), especialmente a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR).

II — Ampliação da oferta da habitação de interesse social, mediante a construção de unidades habitacionais ou outras formas previstas no Sistema Financeiro da Habitação, inclusive quanto à aquisição de terrenos.

III — Contratação ou execução de obras e serviços que permitam atender à demanda habitacional, na faixa de interesse social, ou melhorar as condições de habitabilidade dos conjuntos existentes.

Dispõe ainda o Projeto, que as operações de crédito acima especificadas, subordinar-se-ão às condições e aos prazos constantes das normas operacionais do Banco Nacional da Habitação (BNH), inclusive quanto à incidência da correção monetária.

A medida legal ora submetida à apreciação desta Comissão, é de alta significação e oportunidade, tanto que a Mensagem Governamental refere-se, especificamente, ao parágrafo 3.º do art. 25 da Constituição Estadual, ou seja, o prazo de 45 dias, a contar do seu recebimento, para que a matéria seja apreciada por esta Casa de Leis.

No âmbito desta Comissão, não se insurge nenhum óbice ao Projeto, visto que o aspecto constitucional, legal e formal é conforme.

Faça as considerações acima expendidas e o que dos autos do Projeto consta, opino pelo ACOHIMENTO da medida.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30-10-73

(aa) Antônio Costa — Presidente  
(Ass. ilegível) — Relator  
(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS  
P A R E C E R  
AO PROJETO DE LEI N.º 249-73

1 — A proposição ora em exame, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 94-73, encaminhando a este Poder Legislativo, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos ou dar garantia, fiança ou aval aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) ou pelos seus órgãos da Administração Direta ou Indireta pelos Bancos, ou Sociedades de Economia Mista em que o Governo do Estado seja acionista majoritário, com o Banco Nacional da Habitação (BNH), até o montante de 2.650.000 UPCs (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil Unidades Padrão de Capital) do BNH, correspondentes, nesta data, a Cr\$ 206.355.500,00 (duzentos e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos cruzeiros) destinados à aplicação em programas e projetos aprovados pelo mesmo Banco e dá outras providências.

2 — O plano de lei que ora examinamos nesta Comissão já mereceu parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Entendemos que a matéria consubstanciada no projeto é oportuna, e quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não vemos qualquer impedimento na sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 6 de novembro de 1973.

(aa) Quielise Crisóstomo da Silva — Presidente  
Gilberto R. Carvalho — Relator  
(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Vereador Massahiro Inohue, seu irmão Massamu Inohue e suas respectivas famílias, ocorrido em trágico acidente automobilístico. — Aprovado

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rigoletto Silva, ocorrido em Paranaguá. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozio pela apresentação da peça "Electra". — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomet, constante do Expediente, solicitando a inclusão em Pauta para a próxima Sessão, do Projeto de Lei n.º 194-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs. 220-72 e 217-72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 247-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do

Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 244-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 210-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que se digne determinar providências, visando a reforma do Grupo Escolar Hugo Simas, de Londrina. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de solidariedade às homenagens prestadas, na data de hoje, na cidade de Rio Negro, à memória do imortalizado Coronel Alfredo Xavier de Almeida, no transcurso do centenário do seu nascimento. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, pela feliz escolha, do nome do Bel. José Vicente Elias, para exercer a elevada função de Diretor do Departamento de Material daquela Pasta. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Canal 4 — Televisão Iguaçu pela brilhante iniciativa em transmitir a Santa Missa de encerramento da Semana Vocacional na cidade de União da Vitória. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja determinada providências com o objetivo de reparar a estrada que demanda de São Mateus do Sul a Palmeira, via São João do Triunfo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando o registro em Ata dos trabalhos desta Sessão, o transcurso hoje, do 1.º Centenário de Nascimento do Doutor Manoel Lustosa Carrão, co-fundador da Universidade Federal do Paraná e primeiro Catedrático da cadeira de Patologia da Faculdade de Medicina. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando seja enviado expediente de aplausos e agradecimentos ao Sr. Governador do Estado, por haver determinado a locação e implantação das estradas vicinais ligando as cidades de Terra Roxa — Palotina — Assis Chateaubriand — Nova Aurora — Ubatuba. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da Tribuna, encaminhando apelo ao Sr. Governador do Estado, visando reajuste das pensões à viúvas, filhas solteiras ou viúvas e filhos inválidos. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, apelando para que, na medida da competência legal do Município, determine a regulamentação e fiscalização dos estacionamento de veículos explorados por particulares no centro da cidade. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando votos de aplausos a "Acampar" Associação das Câmaras Municipais do Paraná, em tão boa hora criado em nosso Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 248-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Empresário Horácio Coimbra, diz que Tecnologia é Solução aos Alimentos". — Aprovado. (O artigo a ser transcrito, acha-se publicado no final desta Ata).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 3, quinta-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 165-73 e 167-73.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 213-73 e 249-73.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 233-73 e 244-73.

Marcando ainda, Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 9, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 185-72, 95-73, 105-73, 128-73, 132-73, 148-73, 191-73 e 200-73.

Levanta-se a Sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO IRIS CALDART, NA SESSÃO REALIZADA NO DIA 7-11-73

"EMPRESÁRIO HORÁCIO COIMBRA DIZ QUE TECNOLOGIA É SOLUÇÃO DOS ALIMENTOS

"O Paraná, com o seu potencial de recursos agrícolas, oferece imensas possibilidades à atividade industrial voltada para produtos de considerável procura internacional". A afirmação é do empresário Horácio Sabino Coimbra, presidente do Grupo Cacique em palestra sobre o tema "Alimentação", no Seminário Empresarial promovido pelo Banco de Desenvolvimento S.A. — BADEP, ora em realização em Curitiba.

Segundo o conferencista, o mundo de fato tem fome. "É uma fome que de acordo com as instituições internacionais dedicadas à pesquisa específica da matéria, tende a agravar-se, em anos vindouros. E esse processo — salientou — somente será corrigido com o advento de uma nova tecnologia capaz de multiplicar, em eficiência produtiva, os métodos conhecidos para obtenção de alimentos".



## VOCACÃO DO PARANÁ

Depois de citar exemplos de países altamente desenvolvidos, no que diz respeito à preocupação pela falta de alimentos, o sr. Horácio Coimbra disse que a industrialização, com base na agropecuária, é a mais duradoura e. "no caso do Paraná, a que melhor atende a sua vocação e ao seu potencial produtivo". Frisou o conferencista que esse caminho, o da industrialização dos produtos agropecuários nas regiões produtoras, interessa diretamente aos agricultores e pecuaristas, pela garantia de absorção de maiores volumes, a preços satisfatórios, de sua produção.

Sobre o problema da falta de alimento no mundo, o empresário lembrou que este chega a afetar, até mesmo o normal funcionamento de sociedades altamente desenvolvidas. "Basta dizer que os Estados Unidos, que exibem os mais elevados grau de tecnologia em todos os campos e o maior índice de riquezas do mundo, precisarão elevar em 32% até 1980 a sua produção agrícola e criatória para proporcionarem, em caráter de auto-suficiência uma dieta recomendável à população".

Reafirmando a importância da produção agrícola, o sr. Horácio Coimbra apontou que para aferir da delicadeza estratégica que se se reveste esta produção nos países desenvolvidos, "basta lembrar que as maiores dificuldades ocorridas nas relações entre os parceiros do Mercado Comum Europeu, não se situam no âmbito dos produtos industriais, mas sim no dos agrícolas. Dificuldades que ainda não foram de todo removidas, continuando latentes os seus problemas que, a qualquer instante, podem aflorar novamente sobre a forma de atritos entre os membros do Tratado de Roma".

E prosseguiu: "Aliás, a escassez de alimentos foi uma das causas, talvez a mais importante, que motivaram a reabertura gradativa da República Popular da China para o comércio com o mundo ocidental-capitalista. A mesma razão tem levado a União Soviética a ampliar suas trocas exteriores com países situados fora da área socialista".

## PARANÁ

A seguir o Sr. Harácio Coimbra ao referir-se a produção, industrialização e exportação de alimentos no Brasil, salientou que o Paraná oferece excepcionais perspectivas. "O desenvolvimento frisou — da atividade agropecuária paranaense trouxe no seu bojo numerosas e preciosas alternativas empresariais. A enorme produção agrícola do Estado é agradável convite aos empreendimentos, pois os mercados de consumo, em todos os Continentes, estão ávidos de alimentos, de fibra e de outros artigos da produção agrícola ou criatória".

Mais adiante o conferencista lembrou que "é justo, oportuno e realístico, portanto, o empenho do Governo do Estado em estabelecer, no Paraná, um Polo-Industrial, aproveitando o grande momento atual para ativar o processo de transição da economia paranaense para o nível da industrialização. "É um aceno e é um desafio que precisam ser aceitos pelo empresariado, para que o Paraná e o Brasil recolham maiores vantagens da produção agropastoril. A exportação "in natura", significa a transferência para o exterior dos melhores resultados da produção".

## POTENCIAL

O conferencista disse ainda que países da Europa Ocidental, Japão e Estados Unidos estão consumindo cada vez maior volume de carne. E por isso, é objeto das mais amplas discussões no mundo, no âmbito alimentar, na atualidade, a expansão da pecuária bovina. Segundo o sr. Horácio Coimbra, os maiores técnicos na matéria, constataram ser relativamente escassas as regiões dotadas de condições favoráveis a um rápido aumento dos rebanhos. Em outras palavras — frisou — "admitem que há falta de terras apropriadas à expansão da atividade criatória bovina, potencial que só localizaram na Austrália e Brasil, e possivelmente no México".

Enfatizou também que em quase todo mundo, qualquer aumento da produção agrícola e pastoril somente será possível mediante investimentos maciços em fertilizantes e corretivos do solo. E por essa razão "que está previsto, em termos mundiais, o crescimento da demanda de soja e outros grãos para alimentar animal, afora a humana, por muitos anos à frente.

Por outro lado, também em termo mundial, o aumento do consumo de adubo deverá expandir-se na elevadíssima taxa de 50% ao ano. "Assim prosseguiu, com esse quadro tem-se uma idéia do que está reservado ao Brasil e, particularmente ao Paraná, quanto a produção, industrialização e exportação de alimentos".

## GRUPO CACIQUE

Depois de traçar o plano econômico do Paraná, através de suas fases, como a do mate, madeira e café, o conferencista disse que "nos últimos anos, presenciamos uma verdadeira explosão na atividade agropecuária paranaense, assim como, na produção de rami, feijão, aveia menta e cevada, soja".

Em seguida o sr. Horácio Coimbra falou de sua experiência para entrar na produção de café industrializado, destacando o apoio que recebeu da então CODEPAR, hoje BADEP. Segundo o empresário, "essa experiência valeu e produziu resultado, sugerindo a criação de outras firmas como a Cacique de Alimentos, que distribui no mercado interno algumas dezenas de produtos alimentícios. A outra é a Cacique Exportadora e Importadora, que, a par da exportação de uma vasta gama de artigos agrícolas e manufaturados, incumbe-se das importações para a Cacique de Alimentos e também para venda direta ao comércio atacadista e à indústria".

Mais adiante o conferencista deu conhecimento aos participantes do encontro, da inauguração em dezembro, de mais uma nova empresa de seu Grupo, a Cacique de Embalagens. Esta vai produzir sacos de fios trançados de polipropileno. Finalmente o sr. Horácio Coimbra, referindo-se à localização industrial, disse que a indústria, instalada nas áreas agrícolas, é uma garantia de absorção permanente da produção rural, ao contrário do comércio do produto "in natura", que pode adquiri-lo em outras fontes. "A exemplo — disse — do que representaram e representam a Cacique e as demais unidades do parque solubilizador em relação ao café, presenciamos hoje o surgimento de outros empreendimentos industriais que vem assegurar aos lavradores a colocação de suas safras".